

# Portugal reconhece formalmente Estado da Palestina

written by Maria Paulo | 22 de Setembro, 2025



O ministro Paulo Rangel anunciou que Portugal reconhece a Palestina entre o apelo à paz e a libertação dos reféns. ***“Exortamos do fundo dos nossos corações, que cessem todas as hostilidades”***, afirmou o governante, deixando um forte apelo ao cessar-fogo, à libertação dos reféns e ao restabelecimento da ajuda humanitária em Gaza.



Palestina. Foto: Direitos Reservados

O reconhecimento do Estado palestiniano foi anunciado este domingo, a partir de Nova Iorque, numa decisão histórica que foi também selada por Reino Unido, Canadá e Austrália, na véspera da Assembleia geral da ONU marcada para amanhã, segunda-feira, naquela cidade norte-americana.

Portugal junta-se, assim, aos países que reconhecem o Estado da Palestina, tornando-se o 13.º país da União Europeia a anunciar esse reconhecimento. Ao todo são 147, o que representa 75 por cento dos membros das Nações Unidas.



Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel. Foto: ANTÓNIO COTRIM/LUSA

O ministro dos Negócios Estrangeiros explicou que esta declaração acontece depois de se terem verificado as condições colocadas pelo Governo de Luís Montenegro.

***“Portugal só avançaria em conjunto com um grupo de Estados ocidentais que ao longo do tempo partilharam posições sobre esta matéria, e se houvesse um efeito útil, palpável e consequente da declaração em causa”, afirmou.***

Rangel lembra que ***“esta declaração não apaga a catástrofe em Gaza”*** e salienta que ***“é essencial e urgente”*** um cessar-fogo e a libertação dos reféns.

***“Neste dia em que Portugal reconhece o Estado da Palestina e em que reafirma a sua vontade de fortalecer as profundas e antigas relações de amizade do povo português com o povo israelita e as renovadas e auspiciosas relações de amizade com o povo palestino, exortamos, do fundo dos nossos corações, a que cessem todas as hostilidades, a que se dê uma oportunidade ao restabelecimento da ajuda humanitária, a que se abra uma fresta de luz para a paz”,*** realçou Paulo Rangel.

***“É tempo de dar os passos necessários para a paz”,*** rematou.

## PLENO APOIO DE MARCELO

*“A posição portuguesa tem sido defender a moderação” para que a solução dos dois Estados “seja possível” e “afastar-se dos radicalismos que se opunham a que a fórmula fosse possível”, declarou Marcelo Rebelo de Sousa, à chegada a Nova Iorque.*



Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. Foto: Direitos Reservados

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, afirmou este sábado que a decisão do Governo de reconhecer o Estado da Palestina tem o seu **“pleno apoio”** e pretende **“abrir ainda uma hipótese”** à solução de dois Estados.

*“Tem o pleno apoio do Presidente da República, que tem sido a posição portuguesa, que é defender a moderação para que essa fórmula [de dois Estados, de Israel e da Palestina] seja possível, e afastar-se dos radicalismos que se opunham a que a fórmula fosse possível”,* declarou Marcelo Rebelo de Sousa aos jornalistas, em Nova Iorque, onde chegou para participar na 80ª sessão da Assembleia Geral da ONU.

## A FAVOR E CONTRA

**Luís Marques Mendes** saudou também a decisão de Portugal em reconhecer o Estado da Palestina, considerando que o mais importante é o passo que é dado. **“Esta decisão é importante porque é simbolicamente uma aposta a maior visibilidade, dignidade e legitimidade do povo palestino no quadro internacional e pode ser um passo que venha a ajudar um processo de paz construído na base da ideia de dois Estados.”**



Secretário nacional para as Relações Internacionais Francisco Assis. Foto: Direitos Reservados

O **PS**, o **PCP**, o **Livre** e o **BE** saudaram, igualmente, a decisão de Portugal, enquanto que André Ventura, líder do **Chega**, manteve reservas e sublinhou que **“não é isso que está a preocupar os portugueses neste momento”**. E falou na necessidade de haver condições, nomeadamente a libertação dos reféns.

Já o **CDS-PP** discorda da decisão do Governo, considerando que não é **“oportuno, nem consequente”** e só deveria acontecer no **“quadro de um processo institucional de paz”**. Mas a coesão do Governo está **“absolutamente assegurada”**, uma vez que esta

matéria não consta do acordo de coligação, mas manifesta a sua **“divergência quanto à oportunidade da declaração de reconhecimento de um Estado palestino”**, ressaltou Nuno Melo.

OC/MP/LUSA